

# NERGA

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA REGIÃO DA GUARDA

de Contas 2016



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

# Balanço e Demonstração de Resultados

---

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

# NERGA-NÚCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DA GUARDA

Balanco Individual em 31 de Dezembro de 2016

Contribuinte: 502280310

Unidade Monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2016	31/12/2015
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis		601 467,63	360 783,48
Investimentos financeiros		19 100,00	19 100,00
		<b>620 567,63</b>	<b>379 883,48</b>
<b>Activo Corrente</b>			
Créditos a receber		628 282,83	234 336,55
Estado e outros entes públicos		209,00	0,00
Fundadores/beneficiários/patrocinadores/doadores/associados/membros		29 972,97	23 782,00
Diferimentos		694,73	640,78
Caixa e depósitos bancários		16 607,67	6 783,24
		<b>676 767,20</b>	<b>265 522,57</b>
<b>Total do activo</b>		<b>1 296 334,83</b>	<b>645 406,05</b>
<b>FLUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Resultados transferidos		119 950,12	117 622,90
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		478 828,09	227 265,10
Resultado líquido do período		<b>598 778,21</b>	<b>344 888,00</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>1 482,16</b>	<b>2 327,22</b>
		<b>600 280,37</b>	<b>347 215,22</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		103 925,07	50 287,70
Estado e outros entes públicos		11 180,37	17 050,75
Financiamentos obtidos		180 240,42	207 986,91
Diferimentos		387 832,18	0,00
Outros passivos correntes		32 896,44	22 886,47
		<b>696 074,46</b>	<b>298 190,83</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>696 074,46</b>	<b>298 190,83</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>1 296 334,83</b>	<b>645 406,05</b>

Administração / Gerência

Técnico Oficial de Contas Nº 83223

*Rafael Faria*



**NERGA-NÚCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DA GUARDA**

Demonstração individual dos resultados por naturezas  
Período findo em 31 de Dezembro de 2016

Contribuinte: 502280310  
Unidade Monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2015	31/12/2016
Vendas e serviços prestados		74 304,86	194 048,82
Subsídios, doações e legados à exploração		204 787,80	189 566,16
Fornecimentos a serviços externos		(178 879,38)	(225 490,86)
Gastos com o pessoal		(140 237,23)	(210 191,15)
Outros rendimentos		85 791,02	95 187,10
Outros gastos		(10 896,70)	(14 577,63)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>31 870,25</b>	<b>28 542,42</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(16 908,46)	(22 938,66)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>14 961,79</b>	<b>5 603,76</b>
Juros e gastos similares suportados		(12 696,77)	(2 704,84)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>2 265,02</b>	<b>2 898,92</b>
Imposto sobre o rendimento do período		(580,86)	(571,70)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1 684,16</b>	<b>2 327,22</b>

Administração / Gerência

Técnico Oficial de Contas Nº 83223

*Rui José Soares*





**Anexo do Exercício**  
**2016**

---



PK @



**NERGA**  
**NÚCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DA GUARDA**

**ANEXO do exercício de 2016**

**ANEXO****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016****1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:****1.1 Denominação da Entidade:**

NERGA – Núcleo Empresarial da Região da Guarda – Associação Empresarial

**1.2 Lugar da Sede Social:**

Parque Industrial da Guarda, Lote 37, Guarda

**1.3 Natureza da atividade:**

Instituição sem fins lucrativos (Cooperativa) com utilidade pública reconhecida que protagoniza a sua intervenção junto dos grupos mais vulneráveis (crianças, jovens, adultos e idosos com deficiência e/ou problemas de inserção socio profissional), a fim de defender os seus direitos individuais e de cidadania, designadamente para a promoção do direito à igualdade de oportunidades e melhoria da sua qualidade de vida.

**2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2.1 As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho.

*2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.*

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com as disposições do SNC-ESNL em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor. No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

**2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas..**

As demonstrações financeiras do exercício de 2016 são comparáveis na sua plenitude com as do exercício de 2015.

Decorrente da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, as anteriores normas contabilísticas foram objeto de alterações, implicando a revisão dos modelos de demonstrações financeiras em vigor até 31 de dezembro de 2015, através da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho.

No entanto as quantias do exercício de 2015 apenas foram ajustadas em termos de apresentação nas rubricas previstas nos novos modelos de demonstrações financeiras, não tendo sido efetuados quaisquer ajustamentos que implicasse a alteração do valor do ativo e dos fundos patrimoniais.

### **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

#### **3.1 Principais políticas contabilísticas:**

##### **a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

##### **Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

##### **Ativos Fixos Tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

#### **Investimentos Financeiros**

Os investimentos financeiros encontram-se valorizados ao seu valor nominal.

#### **Subsídios do Governo**

Os subsídios do governo são reconhecidos quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Instituição cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão registados em balanço na rubrica “Outras variações nos Fundos Patrimoniais” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

#### **Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

#### **Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

##### **Cientes e outras dívidas de terceiros**

As dívidas dos clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de «outros terceiros» ao custo.

As dívidas de clientes e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

##### **Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

### **Financiamentos Obtidos (empréstimos)**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

### **Princípio do Acréscimo**

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

### **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

### **Benefícios de empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano cívil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

### **Eventos subsequentes**

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.



**b) Outras políticas contabilísticas:**

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

**c) Principais pressupostos relativos ao futuro:**

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

**d) Principais fontes de incerteza das estimativas:**

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

**3.2. Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.**

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

**3.3 — Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.**

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

**3.4 — Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.**

Foram novamente registadas imparidades acumuladas relativas aos períodos anteriores, as quais foram corrigidas por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício de 2015, de acordo com o parágrafo 6 da NCRF-ESNL, pelo que o comparativo reexpresso respeita a característica qualitativa da comparabilidade.

Concretamente foi reduzido o activo corrente no valor global de 18.627,45 euros por contrapartida da conta de resultados transitados dos fundos Patrimoniais no mesmo montante, conforme quadro anexo e respeitando basicamente ao desreconhecimento (imparidade) contabilístico de saldos com clientes conta corrente com antiguidade considerável e parte referente a entidades com processo de insolvência e bem assim no que concerne ao encerramento de candidaturas desenvolvidas pela



*P*  
*07*

Instituição no âmbito ainda do quadro comunitário anterior (QREN 2007-2013) através do IFDR, cuja incobrabilidade foi definitivamente confirmada e assumida em 2016.

<b>Capital Próprio em 31-12-2015 (antes correcção erros)</b>	<b>363 638,74</b>
--	-------------------

Erros com reexpressão retrospectiva (redução do activo corrente):

Desreconhecimento de saldos de clientes conta corrente

-16 423,52

<b>Capital Próprio em 31-12-2015 (após correcção erros)</b>	<b>347 215,22</b>
---	-------------------

#### 4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

##### 4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

###### a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

###### b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos. Os terrenos não são depreciados.

###### c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Rubricas	Situação em 31/12/2016			Situação em 31/12/2015		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Outros activos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	258 000,00 €	0,00 €	258 000,00 €	407,39 €	0,00 €	407,39 €
Edifícios e outras construções	667 583,62 €	424 216,95 €	243 366,67 €	667 583,62 €	410 897,26 €	256 686,36 €
Equipamento básico	114 952,83 €	114 775,93 €	176,90 €	114 952,83 €	114 356,50 €	596,33 €
Equipamento de transporte	24 500,00 €	24 500,00 €	0,00 €	24 500,00 €	24 500,00 €	0,00 €
Equipamento administrativo	654 447,96 €	654 331,69 €	116,27 €	654 447,96 €	654 215,41 €	232,55 €
Outros activos fixos tangíveis	59 480,47 €	53 257,29 €	6 223,18 €	59 480,47 €	50 144,23 €	9 336,24 €
Investimentos em Curso	93 524,61 €	0,00 €	93 524,61 €	93 524,61 €	0,00 €	93 524,61 €
Total	1 872 489,49 €	1 271 021,86 €	601 467,63 €	1 614 896,28 €	1 254 113,40 €	360 783,48 €

Rubricas	Quantia escriturada 31/12/2015	Adições	Revalorizações	Alienações	Depreciações	Perdas Imparidade	Abates / Transferências	Quantia escriturada 31/12/2016
Outros activos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	407,39 €	257 592,61 €						258 000,00 €
Edifícios e outras construções	256 686,36 €				13 319,69 €			243 366,67 €
Equipamento básico	596,33 €				359,43 €			236,90 €
Equipamento de transporte	0,00 €							0,00 €
Equipamento administrativo	232,55 €				116,28 €			116,27 €
Outros activos fixos tangíveis	9 336,24 €				3 113,06 €			6 223,18 €
Investimentos em curso	93 524,61 €							93 524,61 €
Total	360 783,48 €	257 592,61 €	0,00 €	0,00 €	16 908,46 €	0,00 €	0,00 €	601 467,63 €

A adição apresentada e por contrapartida dos fundos patrimoniais refere-se ao reconhecimento contabilístico decorrente do registo da titularidade por usucapião de terreno sito no parque industrial da Guarda, Quinta da Torre, registado na Conservatória de Registo Predial sob o n.º 3776 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia e concelho da Guarda com o artigo 6814.

A avaliação do imóvel teve por base relatório de avaliação independente emitido pela Engenheira Civil Estela Cristina Pereira Nunes, inscrita na CMVM com registo PAI/2016/0127.

#### **4.2 — Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:**

##### **a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos;**

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos fixos tangíveis da Instituição.

##### **b) A quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis;**

O direito de propriedade das instalações da Associação pertence à AIP – Associação Industrial Portuguesa por via de escritura pública de compra e venda celebrada em 26/06/1997 e registada na Conservatória do Registo Predial da Guarda em 14/10/1997. Com o objectivo do NERGA adquirir as referidas instalações, os adiantamentos efectuados à AIP no valor de 93.524,61€ e evidenciados na conta de Investimentos em Curso (ativos fixos tangíveis), bem como os subsídios obtidos de 80.555,86€ contabilizados na rubrica de outras variações no fundo patrimonial, apenas se poderão reflectir nos resultados após se consumir a aquisição através da celebração de escritura pública ou operação semelhante.

## **5. RENDIMENTOS E GASTOS**

### **5.1 — Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.**

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada entre a entidade e o comprador ou utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade. O rédito inclui somente os influxos brutos de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade, recebidos e a receber de sua própria conta. Quando aplicável, as quantias cobradas por conta de tercelros são excluídas do rédito.

### **5.2 — Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excepcionais.**

Rubricas	31/12/2016	31/12/2015	Variação
<b>Prestações de serviços</b>			
- Serviços gerais	40 755,47 €	165 964,82 €	-125 209,35 €
- Quotas (Sócios)	16 684,00 €	17 124,00 €	-440,00 €
- Formação e outras	16 865,19 €	10 960,00 €	5 905,19 €
<b>Subsídios à exploração</b>	<b>204 787,88 €</b>	<b>189 566,16 €</b>	<b>15 221,72 €</b>
Juros	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>279 092,54 €</b>	<b>383 614,98 €</b>	<b>-104 522,44 €</b>

## 6. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

6.1 — *Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais*

Outros variações nos fundos patrimoniais	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Subsídios ao investimento	227 265,10 €		5 714,41 €	221 550,69 €
<b>Total</b>	<b>227 265,10 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>5 714,41 €</b>	<b>221 550,69 €</b>

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos financeiros, são inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequente imputados numa base sistemática, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

A Instituição considera subsídios não reembolsáveis, quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Estão reconhecidos no fundo patrimonial subsídios já recebidos provenientes de investimentos (instalações e equipamentos) realizados em anos transatos.

No corrente exercício foi imputado ao rendimento do período o montante de 5.714,41 euros, ficando a rubrica "Outras variações nos Fundos Patrimoniais – Subsídios" a apresentar um valor de 221.550,69 euros.

No exercício de 2016 e de forma consistente com o procedimento iniciado em 2012 os subsídios à exploração (relacionados com rendimentos) foram reconhecidos no momento da celebração dos termos de aceitação das candidaturas com as respetivas entidades gestoras dos programas.

Tal contabilização deriva de obrigação decorrente dos termos de aceitação das candidaturas no âmbito do POPH e do artigo 31º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro.

Foram então reconhecidos na demonstração de resultados do corrente exercício 204.787,88 euros de subsídios relacionados com a exploração da Instituição, em virtude da perspetiva e estimativa da associação em virtude dos gastos financiados incorridos em 2016, sendo que aqueles rendimentos serão aferidos definitivamente em 2017 pela validação dos respetivos pedidos de pagamento.

### 6.2 — Principais doadores/fontes de fundos.

Os principais doadores de fundos foram as seguintes entidades coletivas públicas:

- POPH – Programa Operacional Potencial Humano (FSE/OSS).
- Instituto da Segurança Social.
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (anterior IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P.).
- IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.
- Conselho Empresarial do Centro.

## **7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**7.1 — Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.**

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro, apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros, nomeadamente as rubricas de Créditos a receber, Fornecedores, Outros passivos correntes, Financiamentos obtidos e investimentos financeiros, encontram-se mensurados ao custo menos perda por imparidade.

**7.2 — Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:**

- a) Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;**
- b) Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;**
- c) Outros créditos;**
- d) Fundos subscritos e não realizados;**
- e) Diferimentos.**

Pese embora a existência de alguns créditos a receber com antiguidade considerável explanados no ponto 7.3.1 seguinte, a sua apresentação no balanço foi efetuada no ativo corrente dada a forte expectativa da Direção na cobrança de tais valores até final do exercício de 2017.

**7.3 — Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:**

- a) Empréstimos por obrigações;**
- b) Dívidas a instituições de crédito;**
- c) Adiantamentos recebidos sobre encomendas;**
- d) Dívidas por compras e prestações de serviço;**
- e) Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;**
- f) Dívidas a entidades subsidiárias e associadas;**
- g) Outras dívidas;**
- h) Diferimentos.**

Ver nota 7.4.2 seguinte

**7.4 A quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria é a seguinte:**

**7.4.1 Clientes/Fornecedores/créditos a receber/outras passivos correntes/pessoal**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 as rubricas de Clientes/Fornecedores/créditos a receber/outras passivos financeiros e pessoal apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	Situação em 31/12/2016			Situação em 31/12/2015		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
<b>Activos</b>						
Clientes (créditos a receber)	661 456,70 €	63 418,10 €	598 038,60 €	206 621,34 €	55 003,81 €	151 617,53 €
Créditos a receber	30 244,23 €	0,00 €	30 244,23 €	82 719,02 €	0,00 €	82 719,02 €
Associados	29 972,97 €	0,00 €	29 972,97 €	23 762,00 €	0,00 €	23 762,00 €
<b>Total do activo</b>	<b>721 673,90 €</b>	<b>63 418,10 €</b>	<b>658 255,80 €</b>	<b>313 102,36 €</b>	<b>55 003,81 €</b>	<b>258 098,55 €</b>
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	103 925,07 €	0,00 €	103 925,07 €	50 287,70 €	0,00 €	50 287,70 €
Outros passivos correntes	32 896,44 €	0,00 €	32 896,44 €	22 885,47 €	0,00 €	22 885,47 €
<b>Total do Passivo</b>	<b>136 821,51 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>136 821,51 €</b>	<b>73 173,17 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>73 173,17 €</b>

A demonstração de resultados do exercício não inclui qualquer quantia relacionada com perdas de imparidade ou suas reversões.

No entanto as rubricas de Clientes e Associados englobam diversos saldos com antiguidade considerável, encontrando-se os serviços administrativos e financeiros da Associação a intentar novos procedimentos de cobrança dos mesmos, pelo que ainda é expectativa da Direção da Associação que a maioria daqueles saldos respeitem a valores cuja expectativa de realização ainda se mantém, em virtude de ainda não terem sido concluídos todos procedimentos e esgotados todos os esforços dos serviços da Associação na tentativa de recebimento dos mesmos.

A rubrica de outras contas a receber engloba no final de 2016 um saldo de 29.500 euros a receber da Pró-Raia – Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte referente a empréstimo efetuado, que apesar de estar vencido há largo tempo, a Direção considera não existirem riscos de

h  
B

incobrável do mesmo não estando também esgotados todos os mecanismos legais possíveis de cobrança do mesmo, sendo que em 2017 se perspetiva a cobrança daquele valor através de procedimento de cessão de créditos, pelo que não foi constituída qualquer perda por imparidade. No exercício esta conta foi reduzida em 250 euros por via do registo de encontro de contas.

Para além do referido, em 31 de Dezembro de 2016 não existem outras situações objetivas e relevantes de reconhecimento de perdas por imparidade dos ativos apresentados no balanço.

#### 7.4.2 Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Financiamentos obtidos» do passivo, apresentava a seguinte decomposição:

Modalidades de financiamento	Situação em 31/12/2016			Situação em 31/12/2015		
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Descobertos bancários	240,42 €	0,00 €	240,42 €	6 666,91 €	0,00 €	6 666,91 €
Conta caucionada / Livranças	180 000,00 €	0,00 €	180 000,00 €	105 000,00 €	0,00 €	105 000,00 €
Outros financiadores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	96 300,00 €	0,00 €	96 300,00 €
<b>Total</b>	<b>180 240,42 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>180 240,42 €</b>	<b>207 966,91 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>207 966,91 €</b>

#### 7.4.3 Investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Investimentos financeiros», apresentava a seguinte decomposição:

R/S  
①

Rubrica	Situação em 31/12/2016			Situação em 31/12/2015		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Participações de capital noutras empresas/instituições						
PLIE, S.A.	500,00 €	0,00 €	500,00 €	500,00 €	0,00 €	500,00 €
AFTEBI	5 000,00 €	0,00 €	5 000,00 €	5 000,00 €	0,00 €	5 000,00 €
WINCENTRO	2 500,00 €	0,00 €	2 500,00 €	2 500,00 €	0,00 €	2 500,00 €
CEC - Conselho Empres. Centro	11 100,00 €	0,00 €	11 100,00 €	11 100,00 €	0,00 €	11 100,00 €
<b>Total</b>	<b>19 100,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>19 100,00 €</b>	<b>19 100,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>19 100,00 €</b>

#### 7.4.4 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2016	31/12/2015
<b>Caixa de depósitos bancários</b>		
<b>Activos</b>		
Caixa	8 042,55	6 480,80
Depósitos à ordem	8 565,12	302,44
<b>Total</b>	<b>16 607,67</b>	<b>6 783,24</b>

## 8. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

8.1 — Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direcção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

O número médio de funcionários durante o período foi de 6. No ano de 2015 o número médio de funcionários foi de 10, tendo sido de 6 a 31/12/2015.



Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

<b>Gastos com Pessoal</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Remunerações do Pessoal	113 928,37	152 754,45
Indemnizações	0,00	23 022,58
Encargos sobre remunerações	24 119,80	32 220,21
Seguros de acidentes de trabalho	2 189,06	2 133,91
Outros gastos com o Pessoal	0,00	60,00
<b>Total</b>	<b>140 237,23</b>	<b>210 191,15</b>

### 8.2 — Compromissos existentes em matéria de pensões.

Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego (pensões) e outros benefícios a longo prazo de empregados.

### 8.3 — Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:

#### a) Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.

Os membros dos Órgãos diretivos não são remunerados por tais funções.

## 9. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

### 9.1 — Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço:

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 28 de Março de 2017.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

## 10. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

### 10.1 — Situação tributária e contributiva

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo), Informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 11. OUTRAS DIVULGAÇÕES

**11.1 — Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.**

### 11.2.1 – Diferimentos

A conta de diferimentos engloba gastos com seguros e outros gastos a serem reconhecidos na demonstração de resultados do período de 2017, de acordo com o princípio do acréscimo (especialização dos exercícios) e de forma consistente com os exercícios transatos.

Relativamente à rubrica de diferimentos do passivo corrente, refere-se a subsídios à exploração quanto a termos de aceitação de candidaturas celebrados em 2016 que vão ser reconhecidos em rendimentos em anos futuros, de forma balanceada com os respetivos gastos relacionados e a incorrer também nesses exercícios, na sequência do âmbito plurianual dos mesmos e de acordo com o princípio do acréscimo.

### 11.2.2 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	Situação em 31/12/2016			Situação em 31/12/2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Activos</b>						
Imposto sobre o valor acrescentado	209,00 €		209,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Total do activo</b>	209,00 €	0,00 €	209,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Passivos</b>						
Imposto sobre o rendimento	590,86 €	0,00 €	590,86 €	571,70 €	0,00 €	571,70 €
Retenção de impostos s/ rendimento	2 392,13 €	0,00 €	2 392,13 €	2 741,54 €	0,00 €	2 741,54 €
Imposto sobre o valor acrescentado	3 560,50 €	0,00 €	3 560,50 €	8 651,63 €	0,00 €	8 651,63 €
Contribuições p/ Segurança Social	4 631,88 €	0,00 €	4 631,88 €	5 081,88 €	0,00 €	5 081,88 €
<b>Total do passivo</b>	11 184,37 €	0,00 €	11 184,37 €	17 090,75 €	0,00 €	17 090,75 €

### 11.2.3 – Outros gastos / Outros rendimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as rubricas da demonstração de resultados Outros gastos e perdas e Outros rendimentos e ganhos e apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2016	31/12/2015
<b>Outros gastos</b>		
Impostos	5 439,06	1 122,75
Donativos	150,00	0,00
Correcções relativas a períodos anteriores	2,10	702,22
Quotizações	4 720,00	4 470,00
Subsídios, donativos, bolsas de estudo	0,00	621,27
Outros gastos e perdas de financiamento	874,17	5 060,90
Outros não especificados	2 711,37	2 600,49
<b>Total</b>	<b>13 896,70</b>	<b>14 577,63</b>
<b>Outros rendimentos</b>		
Rendimentos suplementares (Alugueres)	29 254,34	50 692,70
Diferenças de câmbio favoráveis	77,53	0,00
Correcções relativas a períodos anteriores	0,00	2 240,37
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,09
Imputação de subsídios ao investimento	5 714,41	5 714,41
Outros não especificados	50 744,74	36 539,53
<b>Total</b>	<b>85 791,02</b>	<b>95 187,10</b>

#### 11.2.4 – Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as rubricas da demonstração de resultados Fornecimentos e serviços externos e apresentavam a seguinte decomposição:

Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2016	31/12/2015
Subcontratos	0,00	1 528,46
<b>Serviços Especializados</b>		
Trabalhos Especializados	130 278,05	75 738,20
Publicidade e Propaganda	13 397,57	12 687,88
Honorários	5 774,85	81 854,97
Conservação e Reparação	2 169,89	2 122,17
Serviços bancários	44,50	0,00
Outros	740,00	1 136,00
<b>Materiais</b>		
Ferramentas e ut. desg. rápido	404,03	4 243,38
Livros e documentação técnica	14,15	14,15
Material de escritório	1 200,25	2 220,07
Artigos para oferta	0,00	518,29
<b>Energia e Fluidos</b>		
Electricidade	8 679,00	10 380,44
Combustíveis	1 239,59	895,52
Água	910,53	1 347,00
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>		
Deslocações e estadas	3 239,69	11 845,56
Outros	0,00	309,96
<b>Serviços diversos</b>		
Rendas e alugueres	1 814,13	5 821,46
Comunicação	3 874,38	6 347,24
Seguros	2 860,40	3 262,29
Contencioso e notariado	380,96	25,00
Despesas de representação	277,95	1 031,29
Limpeza, higiene e conforto	1 579,46	2 161,55
<b>Total</b>	<b>178 879,38</b>	<b>225 490,88</b>

Guarda, 28 de Março de 2017

O Contabilista Certificado,

*Patrícia Sofia Gonçalves Pinto Pereira*

CC Nº 83223

A Direcção,

*[Assinatura]*

# **Demonstração de Fluxos de Caixa e Alterações de Fundos Patrimoniais**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

# NERGA-NÚCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DA GUARDA

Demonstração individual dos fluxos de caixa

Contribuinte: 502280310

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

Unidade Monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2016	31-12-2015
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		197.892,29	572.301,77
Pagamentos de subsídios		0,00	(190,00)
Pagamentos de apoios		0,00	(431,27)
Pagamentos a fornecedores		(124.208,09)	(246.570,06)
Pagamentos ao pessoal		(140.237,23)	(224.044,38)
		<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>101.086,06</b>
Pagamento/recobimento do imposto sobre o rendimento		(571,70)	(909,88)
Outros recebimentos/pagamentos		118.079,83	(115.547,37)
		<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>50.754,90</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		(315,21)	0,00
Investimentos financeiros		0,00	(1.600,00)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
		<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>(1.600,00)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		458.000,00	374.173,41
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(486.725,49)	(354.200,00)
Juros e gastos similares		(12.888,77)	(2.704,84)
		<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>17.268,57</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
		<b>9.424,43</b>	<b>277,38</b>
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	7.4.4	6.783,24	6.505,86
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7.4.4	16.607,67	6.783,24

O Contabilista Certificado  
Membro n.º 83223

Rita Silva Gonçalves Bastos Pereira

A Direcção



1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100



NER

## NERGA-NÚCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DA GUARDA

Demonstração Individual das alterações nos fundos patrimoniais no período findo em 31 de Dezembro de 2015

Contribuinte: 502280310  
Unidade Monetária: euros

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Resultados Transfereados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
1	3,4	148.203,77	232.979,51	(31.590,87)	350.602,41	350.602,41
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	(31.590,87)	(5.714,41)	31.590,87	(5.714,41)	(5.714,41)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	(31.590,87)	(5.714,41)	31.590,87	(5.714,41)	(5.714,41)
RESULTADO EXTENSIVO	4-2+3			2.327,22	2.327,22	2.327,22
OPERAÇÕES COM INSTRUIDORES NO PERÍODO			(6.714,41)	33.908,09	(3.387,19)	(3.387,19)
OPERAÇÕES COM INSTRUIDORES NO PERÍODO	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES COM INSTRUIDORES NO PERÍODO	6-1+2+3+5	117.622,90	227.296,10	2.327,22	347.216,22	347.216,22

## NERGA-NÚCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DA GUARDA

Demonstração Individual das alterações nos fundos patrimoniais no período findo em 31 de Dezembro de 2016

Contribuinte: 502280310  
Unidade Monetária: euros

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Resultados Transfereados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
6		117.622,90	227.296,10	2.327,22	347.216,22	347.216,22
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	4 / 6	2.327,22	251.562,99	(2.327,22)	251.562,99	251.562,99
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	2.327,22	261.562,99	(2.327,22)	251.562,99	251.562,99
RESULTADO EXTENSIVO	8			1.482,16	1.482,16	1.482,16
OPERAÇÕES COM INSTRUIDORES NO PERÍODO	6-7+8	2.327,22	251.562,99	(945,09)	263.045,15	263.045,15
OPERAÇÕES COM INSTRUIDORES NO PERÍODO	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES COM INSTRUIDORES NO PERÍODO	6-7+8+10	119.950,12	476.628,09	1.482,16	600.260,37	600.260,37

O Contabilista Certificado  
Membro n.º 83223

Helena Sofia Gonçalves Peres Trindade

A Direcção





**Relatório e  
Parecer do Conselho Fiscal**



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados:

- 1- Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, apresentamos aos Ex.mos Associados o nosso Relatório sobre a acção fiscalizadora por nós exercida no **NERGA – NÚCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DA GUARDA – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL** e o nosso Parecer sobre o Balanço, Demonstração dos resultados por naturezas, Demonstração de alterações nos fundos patrimoniais, Demonstração dos fluxos de caixa e respetivo Anexo, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, que foram submetidos à nossa apreciação pela Direcção e que apresentam um total de ativo de 1.296.334,83 euros, um total de fundos patrimoniais de 600.260,37 euros e um resultado líquido do período de 1.482,16 euros.
- 2- Acompanhámos com regularidade o desenrolar dos negócios e diligências efectuadas pela Associação, tendo recebido da Direcção todos os elementos necessários para o desempenho das nossas funções.
- 3- No cumprimento da nossa acção fiscalizadora, procedemos às verificações dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo efectuado os testes e outros procedimentos com a profundidade que julgámos adequada nas circunstâncias, tendo recebido dos serviços toda a colaboração solicitada.
- 4- Da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas recebemos e apreciamos o documento de Certificação das Contas com uma Reserva, o Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria e o respectivo anexo, que mereceram a nossa concordância e que aqui se dão como integralmente reproduzidos e bem assim acompanhámos as diversas recomendações efectuadas por aquela Sociedade tendentes à melhoria da informação económica e financeira.

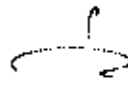

5- Considerando a referida Certificação das Contas e dado que não tomámos conhecimento de violação à Lei e aos Estatutos, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Balanço, Demonstração dos resultados por naturezas, Demonstração de alterações nos fundos patrimoniais, Demonstração dos fluxos de caixa e respetivo Anexo apresentados pela Direcção e referentes ao exercício de 2016;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Guarda, 31 de Março de 2017


O Conselho Fiscal

Presidente:

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_

Vogal:

Vogal:

  
\_\_\_\_\_

# Certificação de Contas

---





## CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **NERGA - NÚCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DA GUARDA - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.296.335 euros e um total dos fundos patrimoniais de 600.260 euros, incluindo um resultado líquido de 1.482 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida no n.º 1 da secção "Bases para a opinião com reservas" as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **NERGA - NÚCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DA GUARDA - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL** em 31 de Dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião com reservas

- 1 Não obtivemos evidência documental acerca do balanceamento dos rendimentos relacionados com os subsídios à exploração face aos respetivos gastos operacionais reconhecidos no exercício.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

### **Ênfase**

Conforme divulgado na nota 4 do Anexo, foi efetuado no exercício o registo da titularidade de um terreno no Parque Industrial da Guarda. O registo contabilístico foi suportado em avaliação independente, do qual resultou um aumento do ativo não corrente e dos fundos patrimoniais de cerca de 257.000 euros.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### **Responsabilidades do Órgão de Gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório da direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA deletará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

MARQUES DE ALMEIDA,

J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

P

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Guarda, 30 de Março de 2017

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,  
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC. S.A.  
representada por

Victor Manuel Lopes Simões - ROC 780